

Conformidade da Polícia Federal às Recomendações Internacionais para Atividades Investigativas Envolvendo Criptoativos

Ronald da Silva de Miranda (Universidade de Brasília) e Carlos André de Melo Alves (Universidade de Brasília)

Desempenho, eficiência e efetividade em organizações da Justiça

RESUMO

Uma proposta de alternativa ao sistema financeiro tradicional, baseada na tecnologia blockchain e que permite a troca de valores financeiros entre usuários, foi apresentada de forma seminal no estudo de Nakamoto (2008). A partir das ideias difundidas nesse estudo, foi possível avançar no conhecimento a ponto de criar uma rede global ponto a ponto distribuída, sem vínculos com governos, conectando usuários que podem manter seu anonimato e que realizam transações por meio de um “criptoativo” chamado bitcoin. Nesta pesquisa o termo “criptoativo” é utilizado como gênero do qual bitcoin e outros ativos virtuais são espécies. Esses criptoativos apresentam o blockchain como tecnologia que serve de base para sua implementação. Os criptoativos e as diferentes formas para sua intermediação são objeto de atenção regulatória em diferentes jurisdições, inclusive no Brasil. Adicionalmente, o uso de forma ilícita de criptoativos é uma área em que já foi constatada a possibilidade da atuação de criminosos. Um exemplo dessa atuação diz respeito à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo. A este respeito, as agências de aplicação da lei enfrentam desafios, contemplando: a) a identificação dos infratores responsáveis por coordenar atividades criminosas envolvendo criptoativos; b) a necessidade, por parte dessas agências, de aprimorar o conhecimento e a formação do seu corpo funcional para prevenir ou desmantelar os crimes envolvendo criptoativos (McCord et al., 2022). No Brasil, em sua atuação na seara criminal, a Polícia Federal executa investigações sobre diferentes tipos de crimes, inclusive aqueles envolvendo criptoativos. A este respeito, a atividade investigativa pode ser efetuada, inclusive, considerando a adoção de recomendações internacionais. Nota-se que a conformidade a essas recomendações internacionais pode, inclusive, ser fonte de investigação teórico-empírica. O grau dessa conformidade, também, pode ser apreciado considerando aspectos teóricos oriundos da Perspectiva Institucional. Considerando o exposto, o objetivo geral deste estudo é analisar a conformidade da Polícia Federal às recomendações internacionais para atividades investigativas envolvendo criptoativos. Para atingir o referido objetivo geral, buscam-se alcançar os seguintes objetivos específicos: 1. identificar as atividades investigativas envolvendo criptoativos realizadas pela Polícia Federal, com base em elementos de análise



propostos a partir de recomendações internacionais; e 2. atribuir um grau de conformidade da Polícia Federal às referidas recomendações, com base na tipologia de respostas estratégicas para processos institucionais. O Quadro teórico-conceitual deste estudo apresenta a Perspectiva Institucional e abrange aspectos conceituais e tipologias de respostas estratégicas à luz dessa perspectiva, inclusive descreve a apuração do grau de conformidade utilizando as categorias “Conformidade”, “Customização” e “Não conformidade”, conforme tipologia baseada em estudos de Westphal et al (1997) e Silva e Rossoni (2023). Além disso, o referido quadro teórico-conceitual aborda os criptoativos, destacando-se os aspectos gerais, as investigações criminais, as práticas recomendadas internacionalmente sobre investigações envolvendo criptoativos e entidades públicas nacionais selecionadas que se encontram envolvidas com o tema. Quanto ao método, esta é uma pesquisa descritiva e qualitativa, com abordagem transversal. A coleta de dados abrange entrevistas obtidas até a saturação teórica com policiais federais selecionados entre aqueles que participaram de investigações envolvendo criptoativos entre os anos de 2019 a 2023, complementada por uma coleta de documentos internos não sigilosos e por coleta de documentos públicos. O tratamento dos dados inclui análise documental e análise de conteúdo. A análise de conteúdo considera seis recomendações e dezoito detalhamentos dessas recomendações, baseados em fontes presentes no Quadro teórico-conceitual desse estudo. As respostas fornecidas pelos entrevistados, confrontadas com as evidências dos documentos coletados e com o citado quadro teórico-conceitual, foram avaliadas para atribuir o grau de conformidade da Polícia Federal às recomendações internacionais, apurado por meio das categorias “Conformidade”, “Customização” e “Não conformidade”, descritas no quadro teórico-conceitual deste estudo. Os principais resultados desta pesquisa permitiram identificar dezesseis detalhamentos entre os dezoito detalhamentos de recomendações possíveis de serem identificados para atividades investigativas envolvendo criptoativos, na forma descrita no referido quadro teórico-conceitual. Em adição, com base nos resultados decorrentes dessa identificação, foi possível a atribuição do grau de conformidade às recomendações internacionais propostas, conforme segue: para quatro das seis recomendações internacionais analisadas, foi atribuído o grau “Conformidade”; para as duas recomendações restantes, foi atribuído o grau “Customização”. Para nenhuma das recomendações internacionais analisadas foi atribuído o grau “Não conformidade”. Este trabalho busca trazer contribuições para a literatura sobre a difusão de recomendações internacionais a respeito de investigações envolvendo criptoativos. Em adição, os resultados podem contribuir para entender as respostas estratégicas da Polícia Federal às pressões institucionais oriundas do exterior e relativas a tais investigações. Os achados podem contribuir, também, para o aprimoramento de atividades investigativas na organização policial lócus do estudo. O estudo traz reflexões que podem ser úteis a órgãos públicos que atuem em investigações envolvendo criptoativos no Brasil, como as polícias civis, o Ministério Público e o Poder Judiciário. Por fim, este estudo pode contribuir para a apreciação de entidades

congêneres à Polícia Federal, que atuem em investigações envolvendo criptoativos fora do Brasil.

Palavras-Chave: Conformidade; Polícia Federal; recomendações internacionais; criptoativos; perspectiva institucional.

Referências

McCord, A., Birch, P., & Davison, A. (2022). Kriminologie - Das Online-Journal. Criminology - The Online Journal, 4(4), 428–451. <https://doi.org/10.18716/ojs/krimoj/2022.4.4>.

Nakamoto, S. (2008). Bitcoin: A Peer-to-Peer Electronic Cash System. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 1 out. 2023.

Silva, T.M.R.D.; & Rossoni, L. How Professional and Market Logics and the Conflict between Institutional Demands Affect Hospital Accreditation Compliance: A Multiple-Case Study in Brazil. Healthcare 2024, 12, 914. <https://doi.org/10.3390/healthcare12090914>.

Westphal, J. D., Gulati, R., & Shortell, S. M. (1997). Customization or Conformity? An Institutional and Network Perspective on the Content and Consequences of TQM Adoption. Administrative Science Quarterly Vol. 42, No. 2, pp. 366-394. DOI: 10.2307/2393924.

	 INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIAIS	 Universidade de Brasília		 Universidade Potiguar
		 DIREÇÃO-GERAL DA POLÍTICA DE JUSTIÇA	 Instituto de Investigação Interdisciplinar	 Administração da Justiça
	 Grupo de Pesquisa Gestão, Desempenho e Efetividade do Judiciário	 Núcleo de Pesquisa em Informação, Direito e Sociedade	 LINGUAGEM, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES	